

ATA NÚMERO 2.781 DA SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2026.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Abril do corrente exercício de 2.026, às 19:00 horas, na sala das Sessões da Câmara Municipal de Orlandia, Estado de São Paulo, sob a Vice -Presidência do Vereador Gilson Moreira, secretariado pelos (as) vereadores (as) Juliane Fernanda Pompilio e Luis Donizeti da Cruz, realizou-se esta **Sessão Ordinária** sob o número 2.781 - O Excelentíssimo Sr. Presidente, após invocação a Deus, convidou os nobres edis e demais presentes para de pé cantassem o Hino Nacional, seguido do Hino de Orlandia (nos termos do art. 116 do Reg. Interno), seguido de uma calorosa salva de palmas. Procedida à chamada dos Srs. Vereadores consignaram-se (10) dez comparecimentos e (01) uma ausência do vereador João Vitor Alves – João Pardal, justificada por atestado médico. **PRESIDENTE:** Só nível de esclarecimento, já isso se encontra protocolado na Secretaria da Câmara, o atestado do nosso companheiro João Vitor Alves - Pardal, está com a virose, justificando a ausência do nosso companheiro. Passando ao expediente, coloco em votação a ata da sessão anterior. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. Ata aprovada por unanimidade. Solicito a segunda secretária, vereadora doutora Juliane Fernanda Pompilio, para que faça a leitura das matérias constantes do expediente. **JULIANE: REQUERIMENTO N 13/2026**, de autoria do vereador Clodoaldo Santana da Silva, *“Requerendo que seja oficiado ao excelentíssimo senhor prefeito municipal de Orlandia para que encaminhe essa casa de leis no prazo legal as seguintes informações. Existe estudo ou intenção de terceirização da saúde? Há intenção, planejamento ou estudo técnico visando terceirização total ou parcial dos serviços de saúde por meio de organização social, OS? Em caso positivo, encaminhar cópia dos estudos e pareceres. Existe processo administrativo em andamento? Há processo administrativo, chamamento público ou procedimento preparatório em tramitação? Informar número do processo e estágio atual. Avaliação das terceirizações já existentes. Quais os critérios de fiscalização adotados? Há registro de notificações ou penalidades? Encaminhar o relatório atualizado da execução contratual. Garantias à população e aos servidores. Quais garantias de qualidade e continuidade dos serviços? Há estudo de impacto financeiro?”* **PRESIDENTE:** Passo a palavra para o autor do requerimento, vereador Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite, sr Presidente, Mesa, nobres Edis, imprensa escrita e falada, munícipes que nos acompanha aqui nessa noite. O próprio requerimento já é autoexplicativo, tendo em vista que, como foi citado pelo vereador Porkim na sessão passada, a empresa terceirizada, que faz a limpeza dos prédios públicos, já estão enfrentando problemas com atraso de salários. E eu estou em mãos com mais de 10 extratos de fundo de garantia que não está sendo depositado. As

meninas estão com sete meses, praticamente, de serviço e têm 300 reais depositados na conta delas. Inclusive, uma delas foi desligada da empresa, foi até a Caixa Econômica Federal para poder sacar o fundo de garantia e não tinha nada na conta dela. Nem os 300 reais não estavam na conta. E, tendo em vista que é um assunto que tem tomado uma proporção muito grande dentro do município, seu presidente, várias e várias pessoas têm falado sobre essa questão de uma suposta terceirização na saúde. Então, justamente, mediante a isso, eu venho pedir explicações do Executivo para que nós possamos ter uma resposta clara e objetiva para que nós possamos levar tanto para a população quanto para os servidores que estão um pouco apreensivos com essa suposta terceirização. Muito obrigado, sr Presidente. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, coloco em votação. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. Requerimento 013/2026, aprovado por unanimidade. A TÍTULO DE CORREÇÃO: Requerimento aprovado por 09 (nove) votos e (01) ausência JULIANE: REQUERIMENTO N 14/2026, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite "*Requerendo relatório atualizado com descrição de todos os contratos e projetos esportivos em execução na Secretaria de Esportes do município.*" **PRESIDENTE:** Passo a palavra para o autor do requerimento, Antônio Carlos Leite. Senhor Presidente... Leite, só um instante, tem um probleminha técnico. O Rogério pediu para aguardar um instante. Neste momento, foi dada uma pausa na transmissão, eis que houve um erro com a interrupção da transmissão ao vivo. **PRESIDENTE:** Peço desculpas a todos, houve uma falha técnica, teve uma queda na internet e agora nós vamos retomar aqui a sessão, deixando a palavra ao autor do requerimento, Antônio Carles Leite. **ANTONIO:** Sr. Presidente, Mesa, nobres Vereadores, o requerimento, como foi lido, tem o objetivo de colher informações dessa área que tem sido tema recorrente nas nossas sessões, que é a área de esportes. Tem sido comentado, tem sido discutido aqui, as dificuldades que a Secretaria de Esportes tem enfrentado. Orlândia não tem desenvolvido um bom trabalho e aqui quando eu falo que não tem desenvolvido um bom trabalho, aqui a questão não é em relação a pessoas, é o trabalho, é a secretaria. Aqui estamos discutindo, como sempre tenho falado, ideias, proposições. Se a secretaria não está indo bem, a única forma de nós, como vereadores, estudarmos meios para ajudar essa área, é tomando conhecimento de como está. Por isso que eu fiz os requerimentos, para saber de todos os projetos que estão sendo desenvolvidos na Secretaria de Esportes, quem são os responsáveis, os valores, os contratos, para que nós possamos, diante dessas informações, avaliar, analisar e propor sugestões que possam dar a Orlândia novamente o seu lugar respeitado na área de esportes. Portanto, espero que o requerimento seja analisado, avaliado e, se for aprovado, que o Executivo nos envie as informações para que nós, como legisladores, como vereadores, como representantes do povo, possamos ajudar essa área tão debilitada que é a área de esportes. Obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, coloco em votação o requerimento 014/2026.

Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. Só deixando claro que, até para entendimento, por se tratar de expediente, os requerimentos, o Presidente não há necessidade de votar. Então, são todos aprovados, então, no caso que, por 10 (dez) votos contra não, o Presidente não há necessidade de votar. Deixando claro para aqueles que tenham interesse em saber. A TÍTULO DE CORREÇÃO: Requerimento aprovado por 09 (nove) votos e (01) ausência. **JULIANE: REQUERIMENTO N. 15/2026**, de autoria do vereador Rafael Palma de Araújo "Requerendo informações sobre o andamento das tratativas entre o município e a diocese paróquia acerca da área da Praça Mário Furtado." **PRESIDENTE:** Passo a palavra para o autor do requerimento 015/2026, vereador Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres amigos vereadores, imprensa escrita e falada a todos os munícipes aqui presentes. Esse é um requerimento que eu trago hoje aqui em plenário, Sr. Presidente, justamente para a gente entender se a Praça Mário Furtado, que hoje está em domínio da Diocese-Paróquia, já teve o andamento adequado ou se isso ainda está travado e em que momento ele está travado, porque está chegando o momento que a gente pode destinar emenda impositiva para melhorar aquela praça, aquele espaço. Recentemente a gente viu ali uma infestação de fezes de pombos ali naquela praça e não só a limpeza a Praça Mário Furtado precisa, ela precisa passar para uma readequação e uma melhoria geral ali. E eu tenho até uma imagem que eu fui procurando desde quando isso estava sendo colocado, desde 2023, por exemplo, essa imagem teve uma tratativa no dia 3 de junho de 2023, onde inclusive nessa publicação acima estava falando que já estava próximo de ser entregue a praça ao município para que o município pudesse cuidar dessa praça em termos de melhorias. Ou seja, isso foi em 2023, nós estamos passados três anos e nós não temos nenhuma resposta oficial, somente publicações. Então gostaria de entender esse requerimento, não é para nós acharmos o culpado, até porque eu entendo que se é da Diocese ela poderia também estar cuidando desse espaço, se é de propriedade deles, ou que se a prefeitura possa cuidar, que a diocese de Franca, no caso, e a paróquia, possa agilizar isso permutando inclusive outros terrenos, que eu acho que é o caminho que eles estão fazendo, para que a gente possa cuidar dessa praça central, para que muitas pessoas que vêm de regiões circunvizinhas aqui possam visitar também a Orlandia e encontrar uma praça bem cuidada, uma praça que tem os bancos adequados, que tem o gramado adequado, que tem toda a vegetação dela correta. Hoje a gente vê que a praça em si precisa de cuidado, mas a própria igreja vai precisar passar por uma reforma também, porém através da iniciativa privada eles receberam uma iluminação naquele prédio da praça, mas isso através da iniciativa privada. Então esse requerimento é justamente para a gente poder saber se, em quanto tempo a gente pode cuidar da Praça Mário Furtado, se esse ano a gente vai poder enviar emenda impositiva, se a gente pode buscar recurso federal com deputados para que possa melhorar, enfim, esse requerimento é justamente para a gente entender a

posição, Sr. Presidente, se é a Prefeitura que existe um travamento ou se é a parte da Diocese que está travando, para que a gente possa seguir e devolver essa praça para a população. Muito obrigado. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, coloco em votação requerimento 015/2026 de autoria do vereador Rafael Palma de Araújo. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. Justificando mais uma vez, já que não há necessidade por ser expediente o voto do presidente, o requerimento foi aprovado por 10 votos. A TÍTULO DE CORREÇÃO: Requerimento aprovado por 09 (nove) votos e (01) ausência. **JULIANE: INDICAÇÃO N. 14/2026**, de autoria do vereador Gilson Moreira, "Indicando que sejam realizados estudos técnicos com a finalidade de instalar câmeras de segurança giratória 360 graus nos seguintes pontos próximos à linha férrea, marginal Fepasa. Início da ponte, antes de chegar ao espaço engenho eventos, rua 1, nas proximidades do restaurante Bistecão, rua 6, nas proximidades da praça Mariotto. **PRESIDENTE:** Ratificando, como nós temos, além da Presidente que não há obrigatoriedade de votar, nós temos a ausência do nosso amigo Pardal, como foi dito no início, e, só para a ciência de todos, terminado o expediente, passamos à ordem do dia. Solicito ainda a primeira secretária, vereadora doutora Juliane, para que faça a leitura do projeto constante na ordem para discussão e posterior votação. **JULIANE:** Projeto de Lei Complementar n. 1/2026, de autoria do Poder Executivo que "Acrescenta ao §4º o artigo 117 da Lei Complementar 3.544, de 28 de junho de 2007, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Orlândia, para dispor sobre o exercício do teletrabalho em casos de necessidade de assistência familiar por motivo de doença." **LUIS:** Sr. Presidente, peço dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, pois, na sessão passada, já tinha feito a leitura e foi pedido um prazo em cima deste projeto. **JULIANE: Parecer jurídico:** contrário. Parecer da Comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. Parecer da Comissão Justiça e Redação: pela apreciação em plenário. **PRESIDENTE:** Coloco em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar 001/2026, de autoria do Poder Executivo. **JULIANE:** Passo a palavra para Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite mais uma vez, Sr. Presidente, mesa, nobres e edis. Na última sessão, eu pedi vista sobre esse projeto de lei, tendo em vista que o parecer do procurador dessa casa, ele deu inconstitucional se não houver a audiência pública. Passaram-se dez dias e nem o Executivo, nem o Legislativo se propôs a fazer essa audiência pública. Na dúvida, eu procurei mais três procuradores. E todos os procuradores falaram que precisa da audiência pública, tendo em vista que está mexendo diretamente no Estatuto do Servidor Público. Aí a pergunta que eu deixo aqui nessa noite é a seguinte. Se o projeto, ele é tão bom, ele é tão viável, por que não fazer a audiência pública e colocar as claras, que eu sempre venho pedindo, transparência para os servidores, qual o real intuito, qual o motivo dessa alteração no Estatuto do Servidor Público. Então, mediante essa falta de interesse ao fazer audiência pública, eu já declaro meu voto contrário a esse projeto, porque eu não sei qual que é o real intuito

no futuro. Aparentemente é algo bom, mas eu já tenho experiência com projetos vindo essa Casa de Leis, aonde eles falam que vai ser uma coisa boa e depois lá na frente a gente vê que toma outros caminhos. Então, justamente por isso, baseado naquilo que o procurador dessa Casa de Leis deixou no seu parecer, e detalhe, eu ouvi que o Flaviano mandou falar que não precisava da audiência pública. Então, por que ele não documentou um parecer também e colocou a assinatura dele e apresentou? Eu acredito que não precise. Então, eu confio no procurador dessa Casa de Leis e confio nos procuradores que eu fui tirar segunda, terceira e quarta opinião. Então, baseado nisso, repito, eu declaro meu voto contrário nesse projeto de lei. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Sr. Presidente, Mesa, nobres vereadores, o vereador Clodoaldo, quando pediu vista do Projeto de Lei, ele deu a oportunidade do Executivo considerar o parecer do procurador dessa Casa de Leis. A Câmara de Vereadores, ela é um poder autônomo, independente e precisa assumir essa postura. A Prefeitura nem deu atenção ao parecer da Procuradoria dessa Câmara. No mínimo, deveriam ter considerado, ter conversado e ter chegado a um consenso. Empurram para a Câmara, jogam sobre nossos ombros e quando nós expressamos a nossa posição através do parecer da Câmara, o Executivo nem dá bola. No mínimo, é falta de respeito institucional. É falta de respeito com os próprios servidores, já que é uma alteração na forma de existir do trabalho do servidor. No mínimo, ter feito uma reunião com os servidores para conversar sobre o tema. Ouvi muito falar que essa administração seria uma administração que ouviria o povo, que ouviria os servidores, mas é uma administração que não ouve o povo, não ouve os servidores e não ouve essa Câmara. Então, eu tenho a obrigação por função de fazer essa observação. Concordo em absoluto com o vereador Clodoaldo. Concordo em absoluto com o nosso probo procurador dessa Casa. Claro que em alguns momentos eu vou divergir do vereador Clodoaldo e assim talvez eu divirja de outros aqui. Talvez eu até divirja em algum momento do próprio parecer do procurador. Mas que isso seja feito com respeito, com ética. O que está acontecendo aqui é uma falta de respeito, é uma falta de ética e o Executivo é um poder e o Legislativo é um poder independente e precisa assumir esse poder independente e as coisas não podem ser assim. Bom, claro que eu respeito a opinião diversa, é por isso que o projeto de lei está nessa Casa de Leis para ser discutido. Esse é o meu sentimento, essa é a minha convicção e respeito realmente as posições de cada um. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Sr. Presidente, boa noite novamente. Eu, após o Clodoaldo, na sessão anterior, pedi vistas do projeto, pedi o prazo. Eu vim aqui, dois, três dias após e perguntei para os funcionários aqui da Câmara se teria audiência pública e eu fui informado que não teria audiência pública. Porém, a gente observa e vê que é um projeto que inclusive pode ajudar o Executivo, pode ajudar uma mãe, um pai de família aqui. Porém, se o nosso Procurador solicita que isso precisa de uma audiência

pública, eu aqui, Sr. Presidente, não quero que isso prejudique, não quero que esse projeto possa até barrar porque eu também seria contrário hoje, mas eu estou pedindo essa licença e esse pedido de vistas novamente para que o Executivo possa dar a chance desse projeto passar com a audiência pública. Então, eu declino aqui meu voto contrário, se não for acatado e se você quiser consultar até o Procurador Jurídico sobre essa permissão para que a gente dê a chance do Executivo realizar audiência pública, que é o que o nosso Procurador está solicitando, para que possivelmente esse projeto não seja barrado e prejudique todo esse andamento aqui do que eles estão querendo. Por hoje é só, nesse momento, obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Vitor Favaro Tonetto. **VITOR:** Boa noite a todos, Sr. Presidente, vereadora, vereadores, munícipes presentes. Eu concordo plenamente que nós temos que ter essa audiência pública. Até faço aqui um pedido ao nosso Presidente, se não vier essa atitude, às vezes, da audiência pública direta do Executivo, se a gente possa chamar você como Presidente, a gente ter uma margem de você fazer o chamamento dessa audiência para que a gente possa votar. Porque, como outros vereadores disseram, é um projeto importante e eu acredito que, sem dúvida alguma, é prioridade para que seja votado. E também acredito que a gente tem que sempre dar ouvidos ao nosso Procurador e entender o caminho que nós devemos seguir. Então, não sei qual é o prazo máximo que a gente consegue estender disso, mas ter uma conversa que, se, às vezes, não vier lá do Executivo esse pedido, que talvez a Mesa possa propor esse pedido de audiência pública para que a gente possa fazer e, conseqüentemente, a gente dar seqüência e votar no projeto em seguida. Obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Tendo em vista. Conversei com o jurídico da casa. O Clodoaldo, como já havia pedido, então ele não poderia partir dele esse pedido de vista novamente. Então, como se trata? Porque outro vereador está pedindo o pedido de vistas. Então, acatamos, coloco em votação o pedido de vistas feita agora pelo Rafael Palma e, sendo aprovado, já peço para a Secretaria da Câmara estar publicando essa audiência pública ainda para esta semana. Então, **coloco em votação o pedido de vistas do Projeto de Lei 001/2026.** Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. **PRESIDENTE:** Então, o **pedido de vistas aprovado por 10 (dez) votos e 01 (uma) ausência.** Terminada a ordem do dia, passaremos a palavra livre. Passo a palavra para o Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres amigos vereadores, imprensa escrita e falada, a todos os munícipes aqui presentes, Donizete do Povo, um abraço. Eu gostaria de ser bem rápido aqui, bem breve hoje na minha fala, somente solicitando para que o Executivo possa nos informar também a respeito do ar-condicionado que será instalado em cada sala da escola municipal, das escolas, na verdade. A empresa parece que já está em término, em finalização dos dutos que foram passados, de todo o ar que precisa ser jogado para fora, exaustor, enfim, toda a fiação, e a gente ainda parece que não tem um ar-condicionado. Parece que num passado recente fizeram uma licitação, só que a empresa recuou

porque, se eu não me engano, eram 600 aparelhos que necessitam. Então, para a gente poder verificar isso, porque muitas escolas já estão em fase terminal para colocar o ar-condicionado, e o ar-condicionado a gente ainda não tem. Então, com a licitação, isso aí pode demorar mais um ano, enfim, porque se uma empresa já recuou porque não tinha a quantidade adequada de equipamentos, esse é um empecilho muito grande que a gente tem. E até fazendo uma referência, quando, Gilson, instalar o ar-condicionado, hoje nós temos um custo de mais ou menos 5, 6 milhões de reais por ano com energia. Quando colocar isso, o ar-condicionado nas escolas, praticamente nós vamos quase dobrar isso, porque esse ar-condicionado vai ficar ligado direto, ele puxa muita energia. E eu venho aqui novamente trazer essa informação de um anteprojeto que eu e o Vítor apresentou, que é o da energia solar nos prédios públicos, para que a gente possa vir de encontro com isso, para que a gente possa trazer economicidade no município e para a prefeitura. Então, é um projeto que nós apresentamos, nós já trouxemos também aqui uma indicação do contrato de eficiência, onde você faz uma licitação, as empresas vencedoras montam tudo para a prefeitura e elas ficam com uma parte da economia da energia. Então, para vir esses projetos de encontro, porque quando colocar o ar-condicionado, automaticamente o dia, o gasto mensal e anual da prefeitura vai aumentar. Sim. **ANTONIO:** Um aparte. **RAFAEL:** Sim. **ANTONIO:** Vereador Rafael. Mais um protesto. Nenhum anteprojeto que nós apresentamos aqui, salvo o instrumento contraceptivo proposto pela doutora Juliane, foi acatado, acolhido e colocado em prática pelo Poder Executivo. Vereador Rafael, é preocupante que nós apresentemos, reapresentemos, cobremos e os anteprojetos que são tão importantes e caros, preciosos para a nossa comunidade, não têm a devida atenção do Poder Executivo. A economia de energia já foi comprovada pelo colega e nenhuma resposta, mas nenhum memorando dizendo, estamos analisando. Fica aqui o meu apoio e a minha manifestação em relação a isso. **RAFAEL:** Obrigado, doutor Leite, pela manifestação. Eu também concordo que se fosse um projeto que estaríamos gastando, gastando, gastando para ser colocado no município, eu até pensaria em um momento que nós estamos, de falar, realmente, esse anteprojeto não vai para frente, mas esse anteprojeto o município não gasta nada. Ele só vai fazer o edital, as empresas interessadas vão montar para a prefeitura e a empresa vencedora, ela ganha uma porcentagem da economia que gerar para o município. Então, isso se chama contrato de eficiência, modelo ESCO. A prefeitura está ciente, eu já mandei os modelos, inclusive, uma cidade chamada Mirassol, tem um time de futebol lá, eles fizeram na Prefeitura, em todos os prédios públicos, isso tem economizado lá. Justamente, mesmo o modelo que eles fizeram, que já está em andamento e já está em funcionamento, eu destinei aqui para a prefeitura para que eles pudessem dar encaminhamento. Então, estamos aguardando também que possa vir de encontro com o ar-condicionado, porque tem uma empresa fazendo todos os dutos, toda fiação, todo material sendo colocado nas

6866

escolas e não tem o aparelho que é o ar-condicionado principal. Então, que faça isso ser um equilíbrio que venha de encontro, porque quando a gente economiza, a cidade também agradece, porque o nosso dinheiro é o dinheiro do povo, e o dinheiro precisa ser bem utilizado. Quando a gente propõe esse contrato de eficiência e essa energia solar, é para que, num futuro próximo, o município economize 4, 5 milhões, 6 milhões por ano, e que isso seja investido na saúde, seja voltado esse dinheiro para a educação, para as escolas. Senhor Presidente, conto também com a colaboração do Executivo e que a gente possa continuar trabalhando junto em busca desses anteprojetos, dessas melhorias. Por hoje é só. Muito obrigado. **JULIANE:** Boa noite. Passa a palavra para Paulo Rodrigues Alves Pereira, Porkim. **PAULO:** Boa noite, senhor presidente, vereadora, vereadores, todos aqui presentes. Eu inicio a minha palavra falando sobre lombadas e valetas, já falei aqui na sessão, mas as cobranças continuam, os pedidos continuam, pessoas pedindo lombadas, valetas, e até o momento nós não temos uma empresa dentro da cidade. Peço que tomem uma atitude sobre isso. Inclusive tem um morador que ele me mandou ontem, pesquisou de comprar no Mercado Livre redutores de velocidade para poder colocar de frente a casa dele, porque não aguenta mais as pessoas passarem em alta velocidade. Então peço que o Executivo tome uma providência sobre esse assunto. Sobre as obras de galerias também de águas pluviais, as pessoas não aguentam mais esses cavaletes para a cidade, esses buracos na cidade. As pessoas vêm cobrando também, já teve a empresa ganhadora, mas até o momento só fez a Rua 16 lá no Teixeira e parou por aí, até agora não movimentou em mais nada na cidade, então as pessoas vêm cobrando também sobre essa situação. E venho também, já protocolo em ofício, mas venho aqui na sessão pedir que coloquem uma ambulância lá no ginásio Maurício Leite de Moraes, onde está acontecendo um campeonato de futsal. É muito importante essa ambulância lá, se um atleta machuca lá, imagina o prejuízo que seria, né. E também trocar as lâmpadas, tem lâmpadas queimadas dentro do ginásio, no bar, ao redor do bar, é só desenroscar e trocar a lâmpada, três lâmpadas queimadas e trocar os refletores também, que não está em condição de um ginásio daquele receber um campeonato de futsal. Você olha de cima, você vê que dá sombra na quadra, você vê que a iluminação não está adequada para campeonatos de futsal. Professor, muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Sebastião Atilio da Silva, nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Boa noite, Sr. Presidente, amigos vereadores, vereadoras, imprensa escrita e falada, ouvintes, Donizete, nem mais vezes aqui, Donizete. A gente, Deus quiser, a gente convida você para participar com a gente aí. Eu tenho também que lembrar que fizeram várias vezes o pedido dos semáforos, do sinaleiro lá na 3, na 14. Tem um senhor que até pediu para mim lembrar, que deve ter ouvido, lembrar ao prefeito o pedido que foi feito por quase todos os vereadores aqui. Teve novamente, acho que a semana passada, acidente outra vez na 14, e isso tinha que ter mesmo ali na Avenida do Café com a Rua 14, colocar o

semáforo ali. Então, sobre a calçada lá da Vila Bucci, na Rua 26, fizeram do campo para baixo, e em frente à creche, uma criança até tropicou e machucou o dedinho lá. Então, que se der para o prefeito verificada, pegar o pessoal de obra e dar uma arrumada lá, pelo menos em frente à creche ali, novamente, porque a calçada minha não vai sair mesmo. Se Deus quiser, algum ano que tiver um prefeito de coragem mesmo, vai fazer aquela calçada para nós lá. Mas, dessa vez, eu não sei se vai sair lá não. Então, a gente tem vários pedidos e algumas limpezas, mas a gente até entende que não é de uma vez que vai fazendo tudo, mas vamos correr um pouco mais, seu prefeito. Vamos ver o que a gente pode fazer para melhorar a cidade, que o tempo é complicado. Então, vamos pelo menos organizar esses semáforos aí que nós fizemos o pedido para o senhor, na Rua 3, com as marginais lá esquerda e direita, e também na Rua 14 com a Avenida do Café. O mais que eu quero agradecer a todos é pedir adeus para todos nós de Orlandia e que nós tenha alegria, paz e que a nossa cidade tenha a grande melhoria. Muito obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para Max. Passa a palavra para Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite a todos mais uma vez. Eu inicio a fala dessa noite pelo espelho d'água. Então, falar do espelho d'água. O decreto foi publicado de situação de calamidade pública dia 16 de janeiro. Hoje já é dia 22 de abril e não fizeram a limpeza da Calha do Córrego, nem para saber a dimensão do estrago que foi feito lá. Nos resta menos de 90 dias. O decreto é de 180 dias. Será que vai dar tempo de fazer a obra ou vai prorrogar por mais um período esse decreto? Eles estão dando uma geral no espelho d'água, mas o que realmente precisa hoje está parado. O espelho d'água continua da mesma forma, não vejo ninguém se movimentar naquele lugar, não vejo ninguém falar daquele decreto e simplesmente vai empurrando com a barriga, vai empurrando com a barriga um espaço que era para o pessoal estar utilizando para fazer uma caminhada, uma corrida, fechado. Falando em decreto, eu quero entrar num assunto aqui de outro decreto que foi publicado pela Prefeitura, onde proibiu o uso de quem tem o plano de saúde fazer o uso da ambulância. Em pontos, senhor Presidente, eu concordo, só que na visão humana eu não concordo. Explico porque eu não concordo. Eu tenho paciente, quando eu falo eu, eu falo porque eu faço parte do quadro de funcionários. Nós temos um paciente, doutor Leite, que faz quimioterapia, nós temos um paciente acamado, tá, ele tem o plano da Unimed, mas às vezes ele tem o plano porque é servidor como eu. E aí para ele fazer essa viagem para uma consulta, alguma coisa, ele tem que pagar a viagem, pegar a nota de combustível, nota de pedágio, voltar, ir na Unimed, depois de 30 dias, a Unimed ressarce uma parte do valor que ele gastou. Sendo que sempre foi feito o transporte. Então percebe-se que está tentando resolver algum problema, mas tem gerado outros problemas. Eu tenho pacientes que faz tratamento em São Paulo, que precisa ir para lá. Ela tem paciente extremamente debilitado, imagina o sofrimento da pessoa, uma viagem de 4 horas, ela não está indo lá para passear, ela está indo lá porque é necessidade. Então eu peço ao Executivo que analise esse decreto de uma

6868

forma diferente. Eu sei que existem casos e casos, precisa-se fazer uma triagem melhor, mas nós não podemos deixar de atender a população também. Talvez para tentar enxugar um gasto aí, cria-se uns problemas que, ao meu ver, são totalmente desnecessários. Eu estou há 8 anos no serviço de ambulância, nunca, nunca cortou. O que precisa ser cortado, eles não deixam cortar. Dentro da cidade, dentro da cidade, existem pessoas que usam a ambulância como Uber. Pega a ambulância, liga para a ambulância, chega na porta do hospital, vai para a Rua 1, vai para o supermercado, faz compra. Não estou falando que são todos, mas nós conhecemos quem são, eu vou falar os clientes, nós conhecemos quem faz isso. Então isso que precisa cortar, não se corta. Muito pelo contrário, já teve vezes que vereadores, Vitor, pegaram carro próprio para buscar um paciente no hospital. Então existem coisas que precisam ser analisadas de uma ótica diferente. Eu costumo dizer que precisa viver o dia-a-dia para você entender como funciona a demanda. Então eu peço mais uma vez ao Executivo que analise esse decreto de uma forma diferente e que traga uma flexibilidade maior para que possa atender esses pacientes que realmente precisam do transporte de ambulância. Tem alguns que necessitam, não é luxo, é necessidade. Você vai falar? Pode falar. **VITOR:** Eu concordo plenamente com você, até estava pensando aqui enquanto você falava se talvez existia alguma possibilidade, até para o pessoal da saúde ver isso, onde não tenha essa burocracia diretamente com o paciente. Tentar fazer um levantamento de, em média, quantos pacientes utiliza, que tem convênio e utiliza a ambulância. E talvez esse pagamento ser feito diretamente, como que eu posso dizer, esse trâmite ser diretamente entre Unimed e Prefeitura. Porque realmente a forma que é feito, onde a Prefeitura leva o paciente, o paciente tem que pegar uma nota e ir lá na Unimed prestar a conta para poder ter ressarcimento é um pouco burocrático. Não sei se existe alguma forma, até se a doutora souber, puder falar, não sei se existe alguma forma para a gente fazer isso. Porque a gente precisa realmente facilitar, porque o plano de saúde já prevê isso e a gente não pode deixar que os pacientes que tem essa necessidade fique de fora por conta dessas burocracias. Então talvez a gente pensar em alguma coisa para enviar ao Executivo para entrar em um acordo entre tanto a Unimed quanto o pessoal da Prefeitura. E não só a Unimed, qualquer plano de saúde, porque existem outros planos de saúde. Obrigado. **MAX:** Clodô, eu também queria um aparte. Isso aí acontece, não só em questão de ambulância, por exemplo. Vamos supor, eu tenho algum plano de saúde, mas se eu quiser ser atendido pelo SUS, é obrigação, o SUS é para isso. Se eu quiser ser atendido pelo plano, assim eu procedo. Mas se eu quiser que eu seja atendido pelo SUS, obrigação do Estado, município e federação assim o fazer. Sem choro nem vela. **RAFAEL:** Dá uma parte, Clodoaldo? Eu também busquei essas informações, inclusive até enquanto o Diego, o secretário Diego Meloni estava como secretário, e ele me passou todas as leis federais que existem. E o meu pensamento é o seguinte, tem pessoas que tem o plano e eu concordo absolutamente com você, por conta de um trabalho, mas

não tem condições de sair daqui para Ribeirão, fazer todo o transporte, pagar o pedágio, pagar a gasolina, pagar o motorista, porque às vezes nem tem o carro, e chegar lá e voltar, depois receber uma parte do pagamento só. Tem muita gente que não tem esse valor de imediato, porque o plano é conveniado com o trabalho, e aí ele às vezes não consegue tratar da saúde dele. Então eu também toco em um ponto, que o Vitor também citou, que o município também precisa verificar com os planos de saúde, porque se a pessoa tem um plano de saúde, plano de saúde A, esse plano de saúde, ele oferece o tratamento dentro do plano, só que ele não tem o tratamento em Orlandia, ou ele traz o tratamento para Orlandia, ou ele tem que transportar o paciente para lá. Agora, se o plano não cobre o atendimento, aí sim a pessoa pode passar para um atendimento do SUS e utilizar o transporte do SUS. Então eu acredito que está também numa conversa com os planos de saúde para eles darem o transporte, porque se a pessoa mora em Orlandia, ela tem um plano de saúde do plano A aqui em Orlandia, e o plano de saúde não tem um atendimento, um profissional aqui na cidade quer te mandar para fora, mas se o plano cobre dentro de Orlandia, por que eles querem te mandar para fora? Então eles são responsáveis por levar essas pessoas lá. Eu acredito muito nisso. Não dessa forma de a pessoa pagar, depois eles terem que ressarcir. Não, a pessoa já está numa enfermidade, já está sofrendo, já quer um tratamento rápido. Eu acho que precisa mudar essa forma aí, e nós vamos conseguir. Obrigado. **LUIS:** Vereador, só um complemento, só me dá uma parte, só um complemento, porque o senhor também é funcionário, eu concordo plenamente com essa indignação em relação ao decreto, e eu consultei o gabinete hoje, e eu fui informado que esse decreto encontra no departamento jurídico, existe uma vontade política, eu tenho o hábito de dizer, quando se tem vontade política e jurídica, as coisas acontecem. Já existe a vontade política do gabinete em flexibilizar esse decreto. Como vai ser, eu ainda não tenho essas informações, eu fiz uma consulta hoje no gabinete, foi via WhatsApp, e eu estou bastante otimista. Obrigado. **CLODOALDO:** Olha que interessante, como que abre um leque de opções. É isso que nós estamos pedindo há tanto tempo. Você vê que a parte burocrática, ela é muito difícil. Aí você pensa que a prefeitura tem advogados, tem várias pessoas que são instruídas a fazer isso, e eles sofrem para trazer uma solução. Então não é mais fácil, ao meu ver, fazer todo esse trâmite burocrático nos bastidores e trazer uma solução, ou a partir de tal data o decreto vai funcionar dessa forma, porém nós vamos ter a van que vai continuar levando nesses casos. Aí você faz esse desgaste todo com a população, você faz várias pessoas remarcarem consulta, perder consulta, perder tratamento, porque não tem dinheiro para ir fazer o tratamento, para chegar num dia na Casa de Leis, para a gente ter que discutir sobre uma atitude que precisa sair de lá. Precisa. O Dr. Leite foi muito exato no que ele disse. Foi dito que seria uma gestão comunicativa, que ouviria a população. Então antes de fazer esses decretos, olha que interessante, foi decretado, foi lançado um decreto, onde a GCM poderia multar. A

população caiu matando, virou um rebuliço, pum, quebrou o decreto. Aí decretou agora a questão da ambulância. Começa, quebra o decreto. Então não consegue sustentar aquilo que é decretado. Por isso que precisa ter uma programação antes de fazer um decreto. Decreto não é um documento que você vai lá, publica e rasga a hora que você quer. Então se organizem para fazer um decreto, baseado, existem as leis? Existem as leis, mas que faça de uma forma que a população não venha sofrer. Nós estamos falando de saúde pública. As pessoas estão doentes, estão enfermas, e passar por um desgaste desse, infelizmente, nós não podemos tolerar. Senhor Presidente, eu já vou encerrar.

**ANTONIO:** Vereador, só para interromper ali, eu pedi uma parte. Aí a gente interrompe lá e você termina. Esse decreto, na verdade, é a segunda facada. A primeira facada é do plano de saúde, que não disponibiliza o transporte. A segunda facada é do poder público, que não faz o seu papel constitucional, que é de oferecer saúde. O cidadão não tem nada que justificar ou ser punido, porque o plano de saúde não está cumprindo a parte dele. Isso aí é ver o cidadão afogando e colocar o pé no pescoço dele para ele afogar ainda mais. O município não pode vedar, proibir, impedir, criar embaraço para que esse cidadão vá fazer o tratamento, ainda que ele tenha convênio. O convênio não pode impedir que o município cumpra o seu papel constitucional, que é de oferecer saúde. Ora, se ele não tivesse convênio, não seria obrigado a disponibilizar esse veículo? Quer dizer que ele tem convênio e ele é proibido disso? Isso aí é apanhar duas vezes, é apanhar do plano de saúde e apanhar da prefeitura. E é um decreto inconstitucional, deve ser revisto mesmo para que isso não aconteça. Talvez o caminho seja, aí eu encerro, vereador, ofereça o transporte e entre a prefeitura com uma ação judicial para ser ressarcido pelo plano de saúde. Gente, precisa movimentar um pouco. A prefeitura tem vários advogados, tem vários departamentos, tem vários servidores, tem toda a equipe, tem mil e tantos funcionários. Precisa se mobilizar para ajudar a população. Muito obrigado, senhor vereador. **CLODOALDO:** Vereador Porkim, o senhor falou sobre a ambulância. Eu vou pedir para o senhor, peça para o responsável do campeonato fazer um ofício e enviar a Secretaria de Saúde solicitando a ambulância, porque é dever da prefeitura enviar essa ambulância. Como foi dito nas duas últimas sessões, é um jogo, pode acontecer. Às vezes quebra uma perna, torce uma perna, pode acontecer algo pior, uma parada, alguma coisa. Então precisa ter esse respaldo da ambulância. Então peça para ele formalizar o pedido, fazer um ofício direcionado à Secretaria da Saúde, solicitando a ambulância e o técnico de enfermagem nos dias de jogos. Porque aí, se eles não fornecer, aí nós vamos para cima com os dois pés. Para encerrar, senhor presidente, quero falar rapidamente sobre a cidade. Infelizmente, a cidade continua suja. Tem um vereador que eu já não aguento mais ver ele, fica a dica. Porque foi feito um ecoponto na cidade, porém, não se resolveu o problema. Os descartes continuam da mesma forma, continuam da mesma maneira. Infelizmente, falta um pouco de educação de algumas pessoas da população. E eu estava falando com alguns vereadores,

Vitor, se não me engano, falei com o Rafael também, de trazer o ecoponto móvel. A prefeitura já tem mais, ou menos mapeado quais são os locais de maior número de descarte. Então tentar uma estratégia de fazer um ecoponto móvel. Você faz o ecoponto móvel, você leva duas, três, quatro caçambas, se for necessário, e deixa por um período. Vai ficar, claro, com divulgação, tudo certinho. Vai ficar aqui durante a semana. Todo descarte precisa ser feito no ecoponto móvel. Na contrapartida, nós precisamos endurecer a fiscalização. Só que quando nós falamos de fiscalização, nós temos que entender que a fiscalização é dividida em vários braços, vamos dizer assim. Nós temos fiscal tributário, fiscal de serviço, fiscal ambiental. Então nós precisamos encontrar o responsável e endurecer a fiscalização da cidade. Só vai resolver o problema da cidade quando houver atitudes assim, que façam com que a população leve até aquele lugar, que facilite para a população, e quando começa a mexer no bolso daquele que faz o descarte irregular. Porque, infelizmente, por conta de alguns, a cidade inteira está pagando um preço por conta de uma cidade horrível. Nós estamos lutando desde o começo do ano passado para tentar organizar a cidade, e parece que a cada dia que passa a cidade está mais suja. Então nós precisamos começar a pensar de uma forma diferente. Tentar pensar em políticas que venham trazer benefício para a população. E a ideia do ecoponto móvel, eu acredito, eu acredito que seria uma solução que traria grandes resultados para a nossa cidade. Só isso nessa noite. Muito obrigado, sr Presidente. **RAFAEL:** Só para mostrar aqui para o pessoal, que ali, além da caçamba, talvez esteja meio escondido, camuflado, mas existe uma alça com uma câmera nesse ponto. Então o que é descartado, de repente, do lado de fora, ele é visto pela câmera. Se olhar bem no cantinho da caçamba, ele tem um postinho com uma câmera. Então a pessoa fala, ah, isso vai virar um descarte irregular, porque as pessoas vão jogar ao redor. Não, isso aí vai ter uma câmera também que possa fiscalizar e ajudar na fiscalização. Então o que a gente pede também, Clodoaldo, é que, hoje, eu sempre falei isso, nós temos os caminhões que ficam nas ruas, nos bairros, recolhendo. Então a pessoa que sai de casa para descartar um, dois quilômetros distante num local irregular, leve até o caminhão, que já vai ajudar demais a gente interromper todos esses pontos viciados de descarte. Obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para o Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Sr. Presidente, Mesa, nobres vereadores, a população de Orlandia que nos acompanha pela internet e aqueles que estão presentes aqui na Câmara, uma boa noite. Eu, por uma obrigação de ofício, eu tenho que fazer algumas observações. A administração tem sido ineficiente. E quando eu falo que a administração tem sido ineficiente, eu não estou falando de pessoa ou pessoas especificamente. Estou falando da administração como um todo. Tem sido ineficiente. E aí eu cito algumas questões. O Comitê de Fiscalização da Sanor, o comitê de fiscalização formado por servidores da Prefeitura que tem a obrigação de fiscalizar a Sanor, até agora não apresentou nada, nada em relação a esse trabalho. Por exemplo, não existe uma manutenção que é feita

6872

pela concessionária que depois de algum dia, alguns dias, não haja o rebaixamento e tenha que ser feito novamente. Mas eu digo que não há exceção nisso. Eu estou dizendo que 100% dos recapes que são feitos sobre as manutenções da concessionária, 100%, todos eles, todos, absolutamente todos, depois de algum dia ele rebaixa e tem que ser feito novamente. Em segundo lugar, apesar das leis que foram aprovadas aqui, os fios ainda continuam soltos. Não vi nenhuma mobilização na cidade por parte das empresas ou por parte da fiscalização para corrigir isso. Os fios estão dependurados ainda. É uma vergonha nós andarmos pela cidade e percebermos fios amarrados em poste. Nós estamos em um município, em uma cidade. Nós completamos mais de 100 anos. Não é possível que nós tenhamos que nos deparar com isso ainda, além e apesar das leis que foram aprovadas aqui nessa Câmara. Não é por falta de lei. Ai eu coloco sobre o Executivo a ineficiência. Limpeza da calha do Córrego dos Palmitos foi um dos meus primeiros requerimentos no ano passado. O ano passado eles limparam entre a Rua 10 e na Rua 1, lá no final, uma vez. Não tem cabimento que pessoas morem ao lado da calha do Córrego dos Palmitos e tenham que conviver com aquele mato tomando conta da cidade. Eu não admito isso. Eu moro numa cidade que deve ser uma cidade boa para todos. Não é só para um ou outro bairro, para todos, inclusive para quem mora na calha do Córrego dos Palmitos. O ecoponto não está funcionando. Eu tenho andado pela cidade e os descartes continuam nos canteiros e eu faço questão de registrar esses descartes irregulares, porque além do ecoponto não estar funcionando da maneira que nós esperávamos, não há eficiência por parte da fiscalização. Eu ando, ando por essa cidade. Eu sei que alguns de vocês também andam, se não todos. Nunca me deparei com um fiscal da prefeitura fazendo um trabalho de autuação nisso. E eu quero lembrar que na pandemia os fiscais iam naqueles barzinhos lá na periferia fechá-los. Não quero falar do passado, vamos falar do presente. Eu votei contra os cargos comissionados. E agora tem um termo de ajuste de conduta que coloca o executivo numa saia justa. São dois anos, dois anos assinando o termo de ajuste, ajustando prazos, concurso. Dois anos da administração emperrada por causa disso. Esse ano, a administração vai ficar por conta disso. Tem que contratar empresa, tem que fazer concurso, tem que, enfim. Ineficiência. E eu quero terminar, porque falei outro dia, tem um munícipe, o nome dele começa com M, ele não me deu autorização para manifestar, mas está há dois anos esperando um aparelho auditivo. Eu, enquanto vereador, aparelho auditivo é desse "tamanhinho", mas eu não admito que numa cidade como a Orlândia, que gasta milhões em festas, que faz contratos milionários, que obras estão paradas, não consiga, que tem 130 cargos comissionados, está diminuindo um pouco, né? Tem mais de 120 estagiários. Eu não admito que um munícipe não consiga da prefeitura um aparelho auditivo. É um absurdo, é uma vergonha. Espero que o secretário de saúde esteja ouvindo, porque é uma vergonha. Se estiver ouvindo, por favor, me procure. Porque se não disponibilizar esse aparelho, como eu tenho feito com os entulhos, eu vou continuar

falando. Se não precisar, eu não falo, mas se precisar, eu falo. Eu sou representante do povo. **JULIANE:** O senhor me dá uma parte? **ANTONIO:** Mas é claro, até terminou o meu prazo, obrigado pela paciência, mas eu dou uma parte, claro. **JULIANE:** Eu e o Clodoaldo conseguimos uma verba da delegada deputada Graciela. Em setembro foi depositado esse valor de 250 mil reais na conta da Secretaria da Saúde, né? E estamos aguardando o começo da compra e também a execução dos exames de audiometria e impedanciometria, que são fundamentais para a pessoa poder fazer o uso do aparelho e ver o que ela precisa de aparelho. O aparelho é pequeno, mas ele não é barato. O licitatório municipal, ele deve sair em torno de 2 a 3 mil reais, pelo que eu fiquei sabendo. Se a pessoa for comprar particular, pode chegar a 14 mil reais. Não importa o preço, importa que temos o dinheiro em conta. E está demorando demais essa licitação para acontecer. São mais de 200, na época que a gente viu, eram mais de 250 pessoas na fila. Tanto para fazer o exame, porque em Franca a gente tem só 13 vagas por mês para fazer a impedanciometria e audiometria. E a fila também, depois, uma fila de 2 anos para fazer o exame lá. Para ter a consulta, para ter o aparelho, dura pelo menos um ano. E quanto mais a pessoa fica sem ouvir, maior a evolução da demência. E a maior parte dos pacientes que tem disfunção auditiva, perda auditiva, são pacientes idosos. Então é urgente que isso se faça o mais rápido possível. Obrigada. **CLODOALDO:** Setembro. Nós já estamos em abril. Como que uma licitação de algo tão importante demora tanto tempo e uma licitação para contratar festa, para fazer outras coisas, sai do dia para a noite? Então ou é falta de prioridade ou alguma coisa está acontecendo lá e nós não conseguimos enxergar ainda. Então precisa ter prioridade. Saúde e educação precisam ser prioridades no município. **ANTONIO:** No município, que faz um contrato de R\$ 800 mil com uma agência de publicidade, marketing, e não disponibilizar um aparelho auditivo, é uma vergonha. Eu não admito isso. Muito obrigado, Sr. Presidente. **VITOR:** Você me dá uma parte? **ANTONIO:** Bom, eu já dei minha parte e já encerro depois da manifestação do vereador Vitor. **VITOR:** Eu ia falar justamente o que o Clodô falou, porque vira e mexe, passa a sessão, vira a sessão, e a gente vê que uma das grandes discussões sempre cai no mesmo setor de licitação. Então é um setor que a gente precisa melhorar e ver o que pode ser feito para agilizar principalmente quando a questão é saúde. Porque a gente já viu que coisas do esporte ficou parado lá, coisas da saúde ficou parado lá, coisas da educação ficou parado lá. Então já é burocrático, a licitação já é burocrática. E eu acredito que a gente tem que fazer alguma coisa, não sei o quê, como a gente pode fazer, que isso a gente vai discutindo junto, mas é o setor que em todas as áreas no final cai na licitação. Então qualquer coisa que você vai fazer dentro da prefeitura a gente precisa do aval das pessoas da licitação. Então a gente tem que entender o que está acontecendo, porque inclusive eu estive lá hoje na prefeitura e sei que tem mais de 40 processos de licitação lá na mão do pessoal para ser analisado, entre saúde, infraestrutura, esporte, e com isso a cidade fica parada, a cidade fica travada.

Enfim, mas é um adentro que eu deixo aqui para a gente poder pensar junto o que pode ser feito nesse setor para agilizar essas situações que eu acredito que sejam importantes. Obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para o Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. **LUIS:** Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, nobres colegas, munícipes presentes. Sejam sempre bem-vindos, imprensa, ouvintes da ORC, internautas que assistem nossa sessão pela internet, meu respeito. Um abraço a nossa colega Josiane, que tinha presença garantida aqui, agora deixou de ser presencial e foi para a internet. Boas melhoras. Sinta-se abraçada por todos nós. Parabenizar nosso Presidente Gilson, pela indicação solicitando mais câmaras. No ano passado eu também fiz a indicação de algumas câmaras, Sr. Presidente, e agora o nosso secretário de segurança está de férias, então um abraço aqui, merecido as férias, e o secretário de segurança, o Fabião, voltando das férias, peço que ele analise esse pedido de câmaras. Informação, câmaras é o futuro. E essas câmaras que foram colocadas já nos ajudou bastante, são várias, e ficou faltando alguns ajustes. Então peço ao secretário que, voltando das suas férias, que estude com carinho o nosso pedido de câmaras. Agradecer ao almoxarifado pelo esforço e dedicação em prestar serviço à nossa população. Com o quadro de funcionários enxuto, esse setor do almoxarifado, sempre com amor, união, dedicação, está sempre ali, atendendo não só pedido meu, como do gabinete e de outros vereadores. Então, eu que conheço aquele time do almoxarifado, posso, com propriedade, parabenizá-los. Um abraço aqui a toda a equipe do almoxarifado. Parabenizar a diretoria da Cooperlol. A Cooperlol hoje é referência, não só no nosso município. Cooperlol hoje é uma referência no Estado de São Paulo, no Brasil. Lá em 2024, na minha campanha eleitoral, muitos aqui devem lembrar, eu já dizia que a prefeitura deveria utilizar o cronograma da Cooperlol para a limpeza pública do nosso município. Não é vergonha. O que é bom tem que ser seguido. Então, deixo aqui os parabéns à Cooperlol, que vem crescendo, não só em tamanho, mas também em eficiência e tecnologia. Não é feio a gente copiar o cronograma da Cooperlol, não só o município de Orlandia, como o município das cidades vizinhas. Então, deixo aqui meus parabéns a toda a equipe, os funcionários da Cooperlol, que vem crescendo a cada dia e vem se tornando referência. A gente fala em tantas coisas ruins, e nós temos uma coisa boa no nosso município que, às vezes, falar de coisas boas, presidente, não dá audiência. Você vê que todos aqui falaram e esqueceram da nossa... A Cooperlol hoje, não só a Cooperlol, como o hospital também nosso, são patrimônios da nossa cidade. Ontem foi comemorado o dia do Tiradentes. Tiradentes, que é nosso herói nacional, merece respeito. Eu respeito e acredito que Tiradentes merecia muito mais. Um feriado por ano é muito pouco para um herói como você Tiradentes. E hoje comemoramos o descobrimento do nosso Brasil, como eu gosto do meu Brasil. Hoje nós passamos por, talvez, safadeza de alguns políticos que não dão exemplo, mas vamos amar a nossa terra, temos que defendê-la, apontar erros para melhorar, mas jamais deixar de amar,

não ao feminicídio, sim ao respeito e à educação, não à corrupção. Sr. Presidente, gostaria de solicitar que seja enviado um ofício de condolências à família do Sr. Joaquim Celestino, sepultado na tarde de hoje. O Sr. Joaquim Celestino é pai de uma servidora pública municipal, portanto, colega minha de trabalho. Então, peço ao Sr. que seja enviado um ofício à família do Sr. Joaquim Celestino. Por hoje é só, Sr. Presidente. Muito obrigado. **JULIANE:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres colegas, a todos que estão aqui presentes, à imprensa escrita e falada. Eu quero voltar no assunto que foi falado sobre o decreto do transporte e voltar também à manifestação que eu fiz aqui há duas sessões passadas a respeito da cobrança que eu estava fazendo em relação ao Prefeito, à Prefeitura, ao Executivo, que algumas pessoas vieram até me perguntar se eu estava rompida com o prefeito, se tinha algum problema acontecendo. Na verdade, não. Foi igual o Dr. Leite falou, nós não temos um problema pessoal com ninguém do poder. É sobre a gestão, é sobre o Executivo como um todo. Como o Vitor falou agora, o processo licitatório é o que mais atrasa. O Diego Meloni, enquanto Secretário da Saúde, ele ficou quase um ano cobrando a solicitação de licitação para computadores para saúde. Na UBS que eu trabalho, que é de atendimento do Centro do Idoso, eu uso o meu computador, porque não teria o computador para usar. Então, para eu poder atender, eu levei o meu. São serviços que realmente empacam a evolução. Igual a gente conseguiu a verba do aparelho auditivo, dos exames, se a gente não fizer em um determinado prazo, é devolvido, a gente vai perder. Isso, além de ser extremamente prejudicial para a população, é vexaminoso para todos. A gente vai atrás, a gente consegue, e, no final, infelizmente, não levar, às vezes, da maneira como deveria ser feita, com a seriedade que é necessária, acaba se perdendo. Na conversa que eu tive com o prefeito Gabriel, eu fiz vários apontamentos para ele, discutindo o que eu havia falado, e que realmente existe aí, e a gente percebe, nesse um ano e quatro meses que a gente está como vereadores, que está realmente com um distanciamento. Não existe uma integração dos poderes, do Executivo, do Legislativo. Infelizmente, vários projetos muito importantes, como o da própria Energia Solar, que o Rafael e o Vitor trouxeram, é extremamente importante. O que a gente gasta hoje vai se gastar cada vez mais, porque a conta vai aumentar, não só pelo aumento dos aparelhos de ar-condicionado, e também porque a conta vai aumentando. Isso é um prejuízo, sendo que a gente poderia ter benefícios. Então isso tudo precisa ser muito revisto. A gente precisa ter uma aproximação das duas casas mesmo, tanto do Executivo quanto do Legislativo, para que a gente fale a mesma língua. Em relação ao transporte, pelo que eu estou sabendo, provavelmente vai ser derrubado esse decreto. Ele não vai continuar ativo, porque realmente eu acredito que o secretário da Saúde, quando ele fez o projeto, era realmente para cobrar dos planos de saúde que eles arcassem com os seus pacientes. Eu acho extremamente viável o que o Dr. Leite falou, de ter um entendimento entre o Executivo e o plano de saúde diretamente, porque o paciente também não pode ser

6876

prejudicado. Ele já paga, muitas vezes, um convênio caro, e ele ainda vai perder, de ter que tirar do bolso e receber com mais de 30 dias. Um valor parcial ainda. Então, tudo isso é muito prejudicial para o próprio paciente. Então, foi discutido isso. Reafirmo tudo o que eu falei. Não existe ruptura de relacionamento, acredito, de ninguém com ninguém aqui, nem com o Executivo, mas o que a gente cobra aqui é para Casa, é para o poder em si, com todos que trabalham lá dentro, para que a gente consiga realmente colocar em prática o que a gente propõe, o que a prefeitura tem para exercer, tem o dinheiro, tem o poder para executar. E a gente tem que pensar que nossa cidade, eu acredito que é a segunda de maior arrecadação da região. Então, não nos falta o dinheiro em si. O que falta, na verdade, muitas vezes, é o trabalho dos departamentos corretos fazerem o seu serviço da forma devida, para que a população não saia perdendo. Por hoje é só. Obrigada. **PAULO:** Doutora, entrando nesse assunto do transporte, ontem mesmo uma pessoa me procurou dizendo que há anos ela vai fazer um tratamento ali em Ribeirão, parece que próximo à Santa Casa. E agora cortou. O transporte já está indo. Então, ele ia e descia lá na Santa Casa. Ele não fazia o motor para levar onde ele tinha que ir. Ele descia na Santa Casa e de pé ele ia até o local dele. Depois ele retornava e voltava embora. Acabou que cortou e dificultou para ele poder ir para Ribeirão. É uma coisa desnecessária. Teria que estar pensando melhor no povo. **JULIANE:** Eu acho que a partir do momento que aparecem os pontos a serem questionados, que não são pensados primeiramente, que eles sejam repensados e sejam realmente modificados. O mais breve possível. Eu acredito que isso vai acontecer, porque está totalmente inviável para a população que mais necessita. **RAFAEL:** Juliane me dá um aparte? Mas eu ainda acredito também que os planos de saúde deveriam ter o seu transporte próprio. Eu também acredito nisso, que o Plano A, Plano B, Plano C, se ele oferece uma garantia daquele convênio que cobre determinada cirurgia ou atendimento e ele não tem na cidade, o mínimo é ele levar essa pessoa para outra cidade ou ele trazer o atendimento para Orlandia. Então, acredito que esse decreto possa ser recuado, revogado, mas acredito também que o plano tem que ter o transporte aqui. Porque tem muita gente que, às vezes, precisa do plano e, às vezes, o município não vai ter a capacidade para levar uma pessoa. Então, o plano também tem que ter o seu mecanismo de transporte para levar essas pessoas para outra cidade. Obrigada. **JULIANE:** Eu acho que foi até nesse motivo mesmo que o secretário entrou, batendo o pé em questão ao transporte, mas realmente se deu inviável. Eu não sei juridicamente como fica para o convênio isso, se ele tem obrigação ou se ele fizer o reembolso já é suficiente pela ANS, mas que é certo, é certo. Sem dúvida. **VITOR:** Você me dá uma parte? Eu até tinha esquecido, eu tinha enviado isso até para um paciente. Quando eu fui buscar, aqui tem uma resolução da própria ANS, que é sobre transporte intermunicipal, que fala o seguinte, a operadora de plano de saúde é responsável por garantir o transporte do beneficiário, ida e volta. Caso não haja prestador credenciado no município de residência ou em municípios de

limite, quando for necessário o deslocamento para outro local. Então, é isso que eu falei que a gente tem que cobrar. Eu acredito que o pessoal do plano de saúde, junto com a prefeitura, eles têm que se comunicar, para que essa situação onde passa por essa burocracia não aconteça. Então, o plano de saúde, a Prefeitura pode levar o pessoal, eu acredito que deve continuar levando. Só que o plano de saúde tem que ressarcir a prefeitura pelo trabalho que ela está prestando. Porque se já é de responsabilidade do plano, eles têm que ressarcir a Prefeitura por estar prestando esse serviço. Eu tinha esquecido até de falar isso naquele momento, mas eu lembrei que eu tinha mandado e até vi o print aqui da resolução, até depois, não acho que eu cheguei a te mandar ou não, Clodô. Para a gente poder fazer isso, porque realmente o plano de saúde tem que cobrir o custo se isso realmente está acontecendo no nosso município. Só para finalizar para outro assunto que você tinha falado, você vê a questão da farmacinha. Nós temos uma farmacinha central no Mini Hospital que está para ser construída, tem 1,1 milhão, 600 mil do Ribamar e mais 500 do Rafael Silva, para ser construída a farmacinha, e a burocracia está impedindo que comece o início da construção. Então, tem o dinheiro no cacho, está para construir, seguir o processo e está travado. Então, é complicado. Obrigado. **ANTONIO:** Doutora Juliane, só reforçando, tudo isso é importante por causa da discussão e do esclarecimento. Único que não pode ser prejudicado nessa história toda é o munícipe. Então, na dúvida, leve. E depois entre com o processo contra a prestadora de serviço. É a mesma coisa que acontece aqui na Entrevias. Se o município, em algum momento, cortar o mato, que é a obrigação da Entrevias, corta, faz a planilha de custo, o orçamento e executa. O problema é que eles não deixam entrar, colocar uma cerca. A questão é a seguinte. Nunca pode quando é para fazer o certo. Quando é para fazer o errado, tudo pode. Então, é isso que nós temos que começar a pensar. Está o povo aqui e a burocracia aqui. Sempre o povo tem que ser privilegiado. Senão, a gente não vai cumprir a nossa função aqui. O povo, sempre o povo. Obrigado, doutora Juliane. **CLODOALDO:** Só pegando um gancho aqui. Nós estamos falando sobre o povo. Então, olha, repito, a dimensão que tomou essa discussão do transporte de ambulância. Agora vocês imaginem como que o povo está lá fora. Repito, nós estamos falando de pacientes que fazem tratamento de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, tudo quanto é tipo de tratamento, e se desgastando, pensando como que eles vão fazer para ir fazer a quimio no outro dia. Então, essa parte burocrática tem que ser resolvida lá em cima, lá no executivo. Eles que sentem lá com os advogados, com procuradores, com o plano de saúde, advogado do plano, resolvam como vai ser feito, mas o munícipe não pode sair perdendo nessa jogada. Nesse jogo cruzado deles, a população sempre, sempre vai ter o direito. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Boa noite a todos, novamente. Só começando com relação a esse assunto que se estendeu e foi falado por todos. A própria Constituição nos garante esse direito. Então, não tem o que se discutir. Então, discute, se discute, mas a Constituição, que é a lei maior, ela dá essa garantia. O Ratinho

fez aqui menção às datas comemorativas do dia 21 Tiradentes, 22 Descobrimento do Brasil. Nós temos aqui também uma data que não menos importante, que foram para os primeiros que habitaram aqui no nosso país, os índios, dia 19, foi Dia dos Índios. Eu deixo aqui um agradecimento à parceria da empresa Brejeiro, Prefeitura Municipal, em apoio com a Secretaria Municipal da Cultura. "Cultura, tradição e conexão. Conheça de perto os costumes e a riqueza da tribo Pataxó. Brejeiro convida você e sua família para um encontro especial. Vamos receber a tribo indígena Pataxó diretamente da Bahia em uma apresentação que traz seus costumes, tradições e toda a riqueza de sua história. Além da apresentação, você também poderá conhecer, adquirir artesanatos produzidos pela própria comunidade. Então, é um convite que veio da Secretaria da Cultura para todos os vereadores. Eu faço questão aqui de fazer a leitura. Vai ser no dia 24, sexta-feira, às 19h30, aqui na Praça dos Imigrantes." Ratinho comentou também, não poderei deixar de cumprimentar a família Cooperlôl pela inauguração da segunda unidade, deixando aí frisado a importância do trabalho que é realizado por eles. Então, os parabéns não é só ao Cooperlôl, mas assim ao nosso município, que além de aumentar o número de funcionários contratados, fazem um trabalho excepcional. Deixar registrado o ofício de pesar, conforme o Ratinho pediu, para a família do Sr. Joaquim Celestino. Será enviado em nome da Câmara. E deixar ciente também que nós vereadores, até mesmo eu, enquanto na posição de presidente, diante de reclamações dos vereadores Leite, Clodoaldo, Palma, doutora Juliane, fizeram comentários sobre as emendas parlamentares. Eu pedi para que a nossa secretária, a Elara, fizesse um ofício e fosse encaminhado à área da saúde. Então, o Rafael comentou sobre as duas emendas parlamentares do deputado Fausto Pinato. A primeira de R\$ 100 mil, para aquisição de medidores de glicose. A segunda, R\$ 200 mil para a sala de diabetes. O Leite comentou, nem verbas, mas disse que a humana está do paciente M, aguardando o aparelho auditivo. O Clodoaldo e a doutora Juliane falaram sobre as suas emendas, de R\$ 250 mil, por parte da deputada Graciela. E o ofício foi respondido no meu e-mail particular, onde eu tentei encaminhar o e-mail para vocês, mas muitos não conseguiram abrir, mas está à disposição no e-mail da Secretaria da Câmara. E mesmo assim, eu abri e printei toda a resposta e encaminhei aos nobres companheiros. Acho que a função nossa é justamente essa, é trabalhar em conjunto. Então, muito obrigado pelas palavras que você me respondeu, agradecendo, mas eu acho que essa é a nossa função. Gostaria também de fazer um comentário sobre a indicação proposta aqui por mim, que é a indicação 014, e fazer um comentário que às vezes, quando a gente não se aprende pelo amor, a gente se aprende pela dor. Então, essa indicação foi até mesmo depois do ocorrido com o meu sobrinho e de pessoas que perguntaram, e até mesmo nós na busca por imagens próximo da linha férrea. Então, são vários pontos que têm as câmeras, mas não registram imagens. Então, saiu aqui uma conversa minha com o secretário de essa indicação pedindo. Nesses três pontos, um local que o Rafael Palma já citou várias vezes,

que é ali no Pontilhão da Fepasa, com a Rua 6, 8, indo para Intel, a antiga Carol, na esquina ali. Então, seria um ponto ali, uma câmera daquela giratória. Outro ponto seria ali nas proximidades do restaurante Bistecão, que é ali na Rua 1, que pega tudo. E uma outra nas proximidades ali no início da ponte, aquela sentido no fundo do engenho local de festividades. Então, esses três pontos seriam pontos estratégicos, onde eles, já que o acompanhamento é feito pela GCM, então eles teriam um acompanhamento 24 horas. E como isso sempre acontece durante o dia, isso seria, como a própria justificativa aqui diz, coibir furtos e outros atos ilícitos, sem contar que, o pior deles, quantas pessoas que perderam a vida em situações que não vale nem mencionar. Mas eu acho, não tenho certeza, que essa indicação, o próprio Ratinho disse, já se comprovou que as câmeras têm ajudado muito em algumas situações, ajudando a resolver situações que, infelizmente, Orlandia seria uma cidade, era para ser uma cidade onde o número de acidentes fosse reduzido. Mas, infelizmente, nós vemos aí situações calamitosas que deixam a gente triste. Porque, infelizmente, você tem que dirigir, mesmo a preferência sendo sua, você tem que ser cauteloso, para estar evitando situações desagradáveis. Ninguém mais fazendo uso da palavra, nada mais havendo a se tratar, agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária.



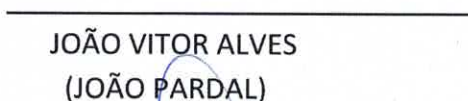
GILSON MOREIRA



ANTÔNIO CARLOS LEITE



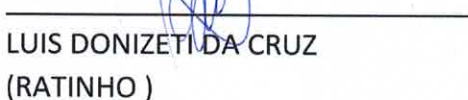
CLODOALDO SANTANA DA SILVA



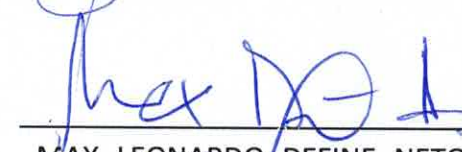
JOÃO VITOR ALVES  
(JOÃO PARDAL)



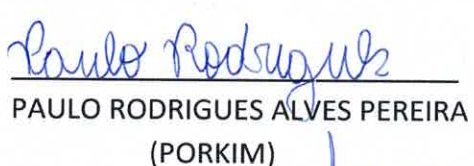
JULIANE FERNANDA POMPILIO



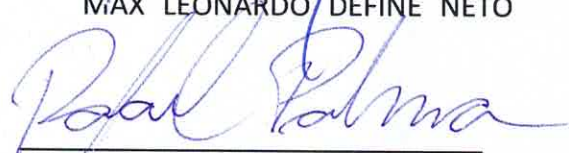
LUIS DONIZETI DA CRUZ  
(RATINHO)



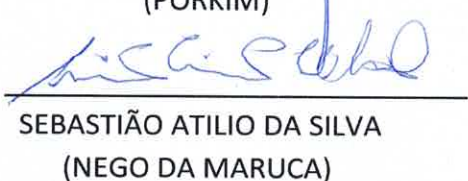
MAX LEONARDO DEFINE NETO



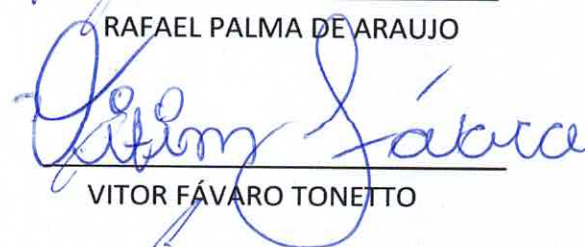
PAULO RODRIGUES ALVES PEREIRA  
(PORKIM)



RAFAEL PALMA DE ARAUJO



SEBASTIÃO ATILIO DA SILVA  
(NEGO DA MARUCA)



VITOR FÁVARO TONETTO



The first part of the paper discusses the general theory of the subject, and the second part discusses the application of the theory to the case of the present case. The theory is based on the assumption that the system is in a state of equilibrium, and the application of the theory to the present case shows that the system is in a state of equilibrium.



The diagram illustrates the application of the theory to the case of the present case. The diagram shows a rectangular box with a diagonal line from the top-left corner to the bottom-right corner. The box is divided into two triangles by this diagonal line. The top-left triangle is shaded with diagonal lines, and the bottom-right triangle is shaded with horizontal lines.